

TATIANA ALVES

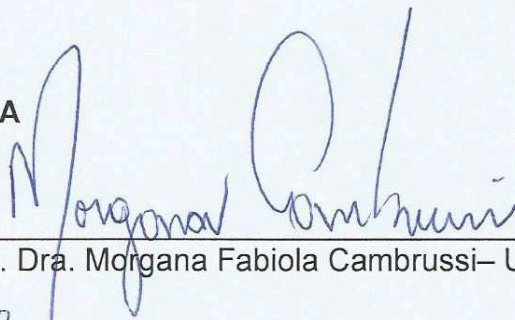
**A ORDEM POR TRÁS DO PEDIDO: ANÁLISE DO TERMO “FAVOR” COMO
ESTRATÉGIA DE POLIDEZ LINGUÍSTICA PARA PERFORMATIVOS DE ORDEM
INDIRETOS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Morgana Fabiola Cambrussi

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
11/11/2014.

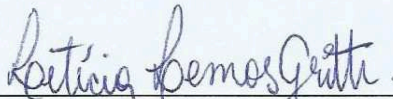
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi – UFFS



Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira – UFFS



Prof.^a Dra. Letícia Lemos Gritti – UTFPR

A ordem por trás do pedido: análise do termo “favor” como estratégia de polidez linguística para performativos de ordem indiretos¹

Tatiana Alves²

tatianaalves92@hotmail.com

RESUMO: Este estudo foi realizado a partir de enunciados veiculados em cartazes afixados em espaços públicos e em áreas de circulação social, que seguiam a construção-padrão com o uso do termo “favor”. Devido à discrepância entre o uso do termo “favor” e sua acepção básica, buscou-se comprovar a seguinte hipótese: a utilização de construções com a fórmula “favor” nesses cartazes, não possui o objetivo de avisar ou de pedir algo, mas sim de ordenar polidamente, como uma estratégia de preservação da face do proferidor do ato de fala. Ainda, o interlocutor é coagido a praticar a ação ou medida exposta no cartaz, por aceitar que não seguir o que está sendo “solicitado educadamente” implica uma má conduta e uma avaliação social negativa de suas ações e de sua face pelos demais indivíduos circulantes em determinado espaço. A investigação foi produzida à luz da Teoria dos Atos de Fala, proposta e desenvolvida por Austin (1990 (original de 1955)), articulada à Teoria da Polidez, desenvolvida por Brown e Levinson (1978), a partir dos estudos da face positiva e da face negativa do falante/interlocutor. Objetivou-se com este estudo, a descrição do contexto de emprego da fórmula indireta de ordem construída com “favor”, de modo a explicitar quais características dessa fórmula e de seu contexto implicam a necessidade de o ato de fala ser compreendido como uma ordem indireta estrategicamente construída para a preservação da face.

PALAVRAS-CHAVE: atos de fala; teoria da polidez; fórmula de ordem indireta.

Introdução

O estudo dos Atos de Fala é foco de muitas pesquisas na linguística, devido à ascensão da Pragmática como uma das quatro linhas da linguística nova. A Teoria dos Atos de Fala (TAF) se constituiu a partir dos estudos de John Langshaw Austin, desenvolvidos através das pesquisas em filosofia da linguagem realizadas por G. E. Moore, B. Russel e L. Wittgenstein. Austin por sua vez consolida a corrente da F.L.O (Filosofia da linguagem ordinária), que atua pelo método de filosofia analítica, na qual o contexto é alicerce do proferimento, não existindo linguagem abstraída de contexto³. Portanto, não falamos estruturas sintagmáticas soltas, mas sim, toda vez que proferimos palavras, estamos analisando o contexto em que essas palavras serão ouvidas e calculamos o efeito que pretendemos obter com cada enunciado (AUSTIN, 1990).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II, orientado pela Profa. Dra. Morgana Fabíola Cambrussi

² Acadêmica da 8ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó. Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Gramaticais e Lexicais. Bolsista PET.

³ Segundo a apresentação à edição brasileira feita por Danilo Marcondes.

Tomando como base a (TAF), o presente artigo propõe a pesquisa e a análise de enunciados que corroboram a noção de que, quando falamos, estamos calculando ações e reações de nossos interlocutores, concentrando-se no estudo do emprego de fórmulas indiretas para a construção de atos de fala imperativos, como os de ordem. Nesses casos, itens lexicais como “favor” podem servir de recurso para a construção de performativos indiretos.

O estudo foi realizado a partir de enunciados veiculados em cartazes afixados em espaços públicos e em áreas de circulação social. Como critério de seleção, foram investigados enunciados que seguissem a construção-padrão com o uso do termo “favor”, a exemplo de “Favor não fechar o cruzamento”, em que, claramente, o ato de fala não é um pedido, mas uma ordem modalizada. O dicionário Houaiss apresenta como acepção para o substantivo masculino “favor” *algo que se faz em benefício de alguém sem obrigação* (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2010). No entanto, nota-se que os atos de fala em que há uso deste termo, principalmente aqueles pertencentes a cartazes colocados em locais de grande circulação de pessoas, têm como intuito impor medidas que devem ser respeitadas. Tendo em vista essa discrepância entre o uso do termo “favor” e sua acepção básica, formulou-se a seguinte hipótese: nesses casos, utiliza-se a construção com a fórmula “favor” em cartazes não com o objetivo de avisar ou de pedir algo, mas sim de *ordenar polidamente*, como uma estratégia de preservação da face de quem profere o ato de fala. Ainda, o interlocutor seria coagido a praticar a ação ou medida exposta no cartaz, por aceitar que não seguir o que está sendo “solicitado educadamente” implicará uma má conduta e uma avaliação social negativa de suas ações e de sua face pelos demais indivíduos circulantes em determinado espaço.

A investigação foi produzida à luz da (TAF), conforme proposta e desenvolvida por Austin (1990), segundo a qual existem enunciados na língua que não servem apenas para descrever coisas e acontecimentos no mundo, mas que realizam ações, como os proferimentos do batismo, do casamento, da promessa etc. Essas ações, para existirem e terem sucesso necessitam de condições denominadas por Austin como “condições de felicidade”. Tais condições determinam que os enunciados performativos, para serem realizados efetivamente, devem ser proferidos por pessoas com papel social adequado, bem como no tempo, no local e com as intenções adequadas a sua realização.

A segunda fonte teórica fundamentadora da análise foi a Teoria da Polidez, desenvolvida por Brown e Levinson (1987) e Leech (1983, 2005). Nessa teoria, os autores desenvolvem o conceito de *face*, a partir da *Teoria das Faces* de Goffman (1974, 1981), conceitualizando o que seria a *face positiva* e a *face negativa* do interlocutor. A face positiva é

aquela que quer ser bem visualizada e aceita socialmente. Já a face negativa deseja que não ocorram impedimentos para a realização de suas ações.

Brown e Levinson desenvolveram também o estudo sobre os *Atos de Ameaça de face (AAF)*. Um AAF é proferido ou realizado quando se pretende atingir uma das faces do interlocutor. De posse de tais considerações, o presente artigo tem como objetivo descrever o contexto de emprego da fórmula indireta de ordem construída com “favor” e explicitar quais características dessa fórmula e de seu contexto implicam a necessidade de o ato de fala ser compreendido como uma ordem indireta, estrategicamente construída para a preservação da face.

2 Da performatividade à polidez: teorias de estudo

Os estudos da performatividade, impulsionados por Austin com *How to do things with words*, foram fonte de estudo de diversos pesquisadores que se dedicaram a descrever como tais enunciados funcionam e como se caracterizam os três atos *locutivo, ilocutivo e perlocutivo*, na fala dos interlocutores. Com a percepção da existência dos *performativos indiretos* através de John Searle, aluno de Austin, os enunciados que fugiam, de certo, modo à regra inicial postulada corroboram o desenvolvimento da Teoria da Polidez, outra forma de compreender os usos e as intenções dos interlocutores nas interações sociais.

2.1 A performatividade segundo Austin

O conceito de performatividade surge com os estudos e as inquietações de Austin, que ministrou conferências de estudo filosóficas da linguagem, inaugurando a Filosofia da Linguagem Ordinária na Escola de Oxford. A reunião dessas conferências originou a obra *How to do things with words*. Em seus *insights*, Austin percebeu que quando falamos não estamos o tempo todo descrevendo o que vemos, o que ouvimos ou contando histórias e fatos. Alguns dos enunciados que proferimos não servem para a descrição de cenas no mundo e Austin os categoriza como constativos, pois servem à constatação, relatam e descrevem acontecimentos ou estados. A inquietação de Austin com os enunciados que não se encaixavam nessa descrição o levou a caracterizá-los como atos de fala performativos, os quais, ao serem proferidos, realizam algo no mundo.

Os enunciados constativos são reconhecidos pela sua forma de declaração. Seriam a princípio as declarações que proferimos diariamente. Um exemplo é quando declaramos que *somos estudantes*. O fato de dizermos isso para alguém, em situação de apresentação, não significa que, antes de dizermos isso, não éramos estudantes. A única coisa que pode implicar essa declaração é sua verdade ou falsidade, ou seja, se somos estudantes ou estamos mentindo. Se nos denominamos estudantes e realmente somos, continuaremos ocupando esta posição, no entanto, se estamos fingindo ou encenando em um teatro, novela, esse declarativo será falso, pois não corresponde a uma situação no mundo. Sobre isso, Austin afirma que os filósofos da linguagem, que acreditavam na existência apenas de constativos, não se deram conta de que nem sempre estamos afirmando coisas passíveis de serem julgadas como verdadeiras ou falsas.

De posse dessa inquietação, começa a se delinear a existência de uma segunda classificação, a qual toma o proferimento de enunciados como a criação de atos, chegando, enfim, à Teoria dos Atos de Fala. Os enunciados que nada descrevem e não são passíveis de um julgamento quanto a serem verdadeiros ou falsos, evidenciam ações ou criam momentos e cenas no mundo. A performatividade, como ficou conhecida em português, originou-se do verbo *to perform*, do inglês, eleito por Austin como o melhor termo para caracterizar esses enunciados criadores de ações. Em suas primeiras conclusões, os enunciados performativos seriam os que compreendessem: *verbo performativo na primeira pessoa do singular, no tempo presente do modo indicativo e na voz ativa*, como por exemplo, o enunciado: “Eu vos declaro marido e mulher”.

Os estudos de Austin prevêm que: a performatividade, ao contrário da constatividade, cria cenas no mundo, sendo os enunciados performativos necessários para que certas ações e fatos ocorram. Para exemplificar, imaginemos uma situação de casamento civil, em que as condições de felicidade estão atendidas – o espaço de realização é o cartório, os noivos estão ali para firmarem a sua união e o juiz de paz está devidamente usufruindo de suas atribuições –, se o enunciado “*Eu vos declaro marido e mulher*” não for pronunciado pelo juiz, a cena de casamento não será efetivada, ou seja, o casamento não existirá no mundo enquanto o performativo não for proferido pela autoridade. Este exemplo vai ao encontro da questão levantada por Austin, de que casar, batizar etc., é apenas o ato de dizer algumas palavras.

Para essa questão, que gerava discussões, Austin pontuou:

Genericamente falando, é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas

ações de certo tipo, quer sejam “físicas” ou “mentais”, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais. (AUSTIN, 1990, p. 26)

Interpreta-se, então, que não basta apenas o proferimento, mas também são necessárias as condições adequadas para que este seja válido. Para que o performativo seja feliz, ele precisa obedecer às condições de felicidade. Um performativo infeliz seria o que não abarca as condições de felicidade explicitadas por: ser uma pessoa em condições adequadas para o proferimento, estar no espaço adequado e ter as intenções necessárias para o performativo que está fazendo. Um performativo falho é o que não abarca essas condições. Tomemos como exemplo de performativo falho a promessa feita por um político em campanha eleitoral quando este não tem a sincera intenção de cumpri-la. Salienta-se:

Para Austin, um performativo infeliz não deixa de ser um performativo (bem como um constatativo⁴ falso não deixa de ser um constatativo). Esse ponto deveria ser esclarecedor a respeito das diferenças entre proferimentos constatativos e performativos: estes teriam consequências que dependem de sua felicidade ou infelicidade; aqueles não teriam consequências no mundo, sendo eles apenas verdadeiros ou falsos (KUNS; STUMPF, 2010, p. 278).

No decorrer do desenvolvimento da teoria sobre a performatividade, esta passa a fazer um melhor delineamento sobre a noção de que *dizer é fazer*, consagrando que existem enunciados capazes de criar ações e cenas no mundo, desde que obedçam às condições necessárias. “A esse ato de ‘dizer algo’ nesta acepção normal e completa chamo de realização de um ato locucionário, e ao estudo dos proferimentos desse tipo e alcance chamo de estudo de locuções, ou de unidades completas do discurso” (AUSTIN, 1990, p. 85). Dessa forma, o proferimento das palavras do enunciado, a fala, corresponde ao ato locucionário ou, como trataremos neste trabalho, locutivo. Por conseguinte, o contexto em que o performativo é lançado, bem como a intenção com que ele é proferido, caracterizará o ato ilocutivo que se pretende alcançar com o proferimento. Austin exemplifica que o ato ilocutivo é o sentido que se deseja com este enunciado, uma ordem, uma aposta, uma advertência. Portanto, é dotado da força ilocucionária, com a qual o falante perceberá o sentido e o ato que se deseja criar, como esclarece:

No entanto, ao ato locucionário se opõe um outro sentido (B): a **realização de um ato ao dizer algo**, o ato ilocutivo. Há ainda um terceiro sentido (C), no qual o ato de dizer algo **produz efeitos e consequências** nos ouvintes ou em quem está falando, ao qual se chama perlocutivo.” (AUSTIN, 1990, p.89-90, grifo do autor).

Sobre o terceiro, o ato perlocutivo, pontua Chierchia (2003, p. 234), é: “[...] constituído pelos resultados que alcançamos (por exemplo, assustar, convencer, desagradar

⁴ O autor utiliza o termo *constatativo* para fazer referência aos mesmos enunciados que neste trabalho chamamos *constativos*.

alguém etc.)”. O ato perlocutivo é a realização da ação, na qual o falante, compreendido do ato ilocutivo, assume o perlocutivo (acata a ordem, proibição, advertência etc.) e cria a cena enunciada pelo performativo. Conforme Cançado (2012), a distinção entre os atos ilocutivos e perlocutivos é relevante no estudo da teoria dos Atos de Fala, pois o ato perlocutivo é o efeito que o locutor espera conseguir quando profere um enunciado. Conclui-se que em qualquer ato linguístico os três níveis estarão sempre presentes no plano da enunciação. (CHIERCHIA, 2003).

Embasados pela TAF tomemos, como exemplo de análise inicial, um enunciado de nosso *acervo* :

(01) Favor não deixar as mesas sujas e os lixos espalhados.

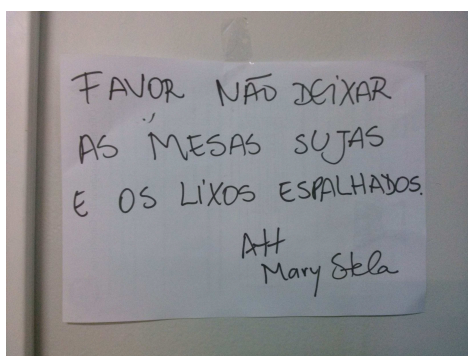


Figura 1: Cartaz de ambiente de trabalho 1. Fonte: Acervo pessoal.

Neste enunciado, percebemos que há um pedido para que as pessoas que circulam e usam determinado local, em que este cartaz está afixado, adotem medidas de higiene necessárias nesse ambiente, recolhendo o lixo produzido e limpando as mesas.

Iniciaremos analisando as condições de felicidade desse enunciado, que mesmo não estando de acordo com as características formais conjecturadas por Austin primariamente, como características dos performativos, é um performativo indireto, cujas características serão mais bem estudadas na próxima seção.

Dadas as condições de felicidade para o enunciado – espaço adequado, tempo adequado e pessoa com intenção e atribuições para o proferimento –, este enunciado está em um local em que sua aplicação é coerente, pois está afixado em uma sala utilizada por várias pessoas para reuniões, estudo e produção de materiais. Estando nesse espaço como um informativo, o uso do verbo “deixar” no infinitivo denota a característica de estar sempre atual. A condição de pessoa adequada para o seu proferimento é associada à imagem produzida pelo leitor, tomando como proferidor desse enunciado a pessoa responsável pela organização da sala, ou seja, essa é a voz que o leitor associa como voz proferidora do enunciado.

Quanto aos três atos que compõem o performativo, o ato locutivo do performativo (1) é o próprio enunciado registrado no cartaz, a materialização da fala de quem o profere; o ato ilocutivo de (1) denota sua força ilocucionária tomando primeiramente uma característica de pedido ou de lembrete, mas, como pretendemos comprovar mais adiante, trata-se de um performativo de *ordem* indireto, no qual se impera que as pessoas que utilizem este espaço tomem este enunciado como uma ordem e não como pedido; o ato perlocutivo de (1) será o entendimento dos usuários dessa sala de que, ao sair do ambiente, recolham os lixos que produziram e limpem as mesas de trabalho, ou seja, será o efeito gerado pela ordem indireta.

Para compreendermos por que o enunciado (1) é um performativo de ordem, apesar de ter sido formulado linguisticamente como um pedido, passaremos à seção seguinte na qual trataremos da noção de performativos indiretos.

2.1.2 Performativos indiretos

O exemplo (1) não apresenta as características formais que Austin indicou para os enunciados performativos: *verbo na primeira pessoa do singular, no tempo presente do modo indicativo e na voz ativa*. Pelo contrário, temos um verbo no infinitivo (*deixar*), precedido de uma negação (*não*), e seguido de substantivos adjetivados (*mesas sujas; lixos espalhados*). O enunciado inicia-se com o uso do termo “favor”, o qual, conforme argumentaremos constitui parte de uma fórmula de polidez linguística para camuflar o performativo de ordem.

Austin, em suas conferências, não chegou a aprofundar o estudo de enunciados que também criam cenas no mundo, mesmo não tendo sido formulados com as características formais indicadas pelo autor. Esses enunciados foram objeto de estudos posteriores desenvolvidos a partir das pesquisas de John Searle. Searle notou que não somente existiam performativos explícitos, mas que existiriam também enunciados performativos indiretos com as mesmas características performativas – ato locutivo, ilocutivo, perlocutivo – criando cenas e fatos no mundo a partir de seus proferimentos, sem necessariamente conter um verbo performativo com as características formais apontadas por Austin. Para exemplificar, toma-se um cartaz com o enunciado “Proibido entrar sem camisa”. Nesse proferimento, há um performativo de proibição, sem o uso das características formais pontuadas por Austin. Mesmo assim, o ato locutivo se realiza na forma escrita do cartaz, afixado na entrada de um restaurante. Este enunciado possui uma força ilocucionária de proibição, a qual o interlocutor, se vê obrigado a colocar a camisa para entrar no estabelecimento, caso esteja sem, e realmente

queira usufruir os serviços do local. Portanto, o ato perlocutivo é criado nesse momento em que a ação do interlocutor ocorre.

Os performativos indiretos, como ficaram conhecidos, valem-se de enunciados que não apresentam as características formais dos performativos explícitos, mas que possuem uma força ilocucionária, a qual apresenta o que se pretende com o proferimento do enunciado: um pedido de desculpas, um agradecimento, uma ordem. Para ilustrar um performativo indireto, retomemos o enunciado (1), em que não temos as características de um enunciado performativo explícito e direto, pois não há verbo performativo na primeira pessoa do singular, na voz ativa e no presente do indicativo. Como nos propomos a investigar, esse enunciado é um exemplo de performativo indireto por possuir uma força ilocucionária de ordem implícita, dadas suas condições de enunciação.

Segundo Fiorin (2007), a compreensão da existência dos atos de fala indiretos possibilitou que fossem estudados a partir de uma visão interacionista, na qual, diferentemente da corrente inicial de estudo sobre os atos de fala, que os tomava como fenômenos linguísticos universais, afirma-se que esses atos mudam de cultura para cultura, e que *dizer é fazer fazer*, pois um pedido necessita de um aceite ou uma negação, assim como uma saudação solicita uma resposta. Ainda sobre o emprego dos performativos indiretos, escreve Fiorin (2007, p. 174): “[...] o falante vale-se dos atos de fala indiretos para minimizar a força de ordem, para não constranger o interlocutor com um pedido direto etc”.

Esta última acepção sobre os enunciados performativos é relevante para o surgimento de uma nova teoria, a Teoria da Polidez Linguística, a qual mostrará que a natureza dos atos de linguagem é crucial nas relações interpessoais, nas quais o falante estrategicamente se serve de termos que deixam os enunciados mais polidos, não constrangendo ou atacando diretamente ou imperativamente o interlocutor (FIORIN, 2007). A teoria da Polidez Linguística é elaborada a partir das concepções de *face* inauguradas por Goffman (1967). Sobre a Teoria das Faces, vejamos o item 2.2.

2. 2 A teoria das faces de Goffman

O conceito *face* foi elaborado por Erving Goffman (1967). Em sua obra “A elaboração da face”, Goffman conceitua *face* como algo que o ser humano busca estabelecer para si, como uma imagem social que é construída e que tem como objetivo ser tomada como característica própria de cada interlocutor, no início de cada interação social. A *face* é algo

buscado e almejado pelo indivíduo, pois como postula Goffman, manter a *face* é manter a imagem que queremos transmitir de nós para o outro, o que implica o julgamento que esse outro terá sobre nós.

O conceito *face* está estreitamente ligado à concepção de papel social, como para exemplificar, tomemos a imagem de um jogador de futebol, que passa a ser considerado um craque: a *face*, ou seja, o papel social que esse indivíduo começa a desempenhar passa a ser uma responsabilidade social para ele. Ele necessita, como uma obrigação, manter essa face perante os torcedores, que vão atribuir a ele a posição e o papel que a sua face passa a desempenhar. A *face* é uma espécie de contrato social, no qual os participantes devem cumprir com as condutas estipuladas e consideradas corretas para a face que assumiram, pois a sociedade pode lhe retirar essa face anteriormente atribuída (MARCOTULIO, 2008).

Tecnicamente, a *face* não é somente constituída pela imagem social que representamos, ela é a nossa ferramenta de interação social mais utilizada. Segundo Paula (2006, p. 47): “A face não é apresentada como estável ou permanente, mas um bem que tem seu caráter alterado no curso da interação linguística, sendo por isso mesmo passível de ser ameaçado, protegido, recuperado, salvo”. Portanto, a *face* está sujeita a todas as situações que vivemos diariamente, como a principal atingida em um momento de agrado de *face* ou de desagrado.

A partir da compreensão de *face* como ponto principal em jogo nas interações sociais, e de que nesses, ela deverá ser preservada, Goffman lança a noção de preservação da face alheia, a qual implica na preservação da própria *face*, também intitulada por Goffman como *self*. A adoção de um comportamento de preservação da *face* alheia contribui para a preservação da própria face, na medida em que a *face* que se pretende transmitir/sustentar possui características de civilização, educação, polidez que devem ser transmitidas para que essa *face*, a *self*, que se pretende ter, seja criada no julgamento do outro.

Goffman complementa ainda que, para que as interações ocorram de forma realmente harmônica, é preciso que os interlocutores busquem evitar que a face do próximo seja atingida ou desfigurada e, com isso, conceitua o princípio de *consideração*, “[...] a capacidade que um indivíduo tem de evitar o desfiguramento, ou seja, a perda de *face* do outro, de modo a garantir que as duas *faces* envolvidas no processo interativo sejam mantidas”. (MARCOTULIO, 2008, p. 63).

Goffman divide ainda em duas categorias o conceito de face: a de proteção da própria face e proteção da face alheia. A proteção da própria face envolve o conceito de não decepcionar ou deixar que a face seja atingida em uma situação de relação com outro

indivíduo, é a luta por manter a própria imagem. Já a preservação da face alheia envolve questões de relação da face própria com a face do outro, na qual eu não atinjo a face alheia para preservá-la e também preservar a minha. Vejamos quais as maneiras utilizadas para a preservação das faces, segundo a teoria da Polidez Linguística e dos AAF.

2.3 A teoria da polidez e os AAF de Brown e Levinson

O modelo de polidez linguística proposto por Brown e Levinson (1987) é o modelo mais estudado e, ao mesmo tempo, o mais criticado por pesquisadores da área. Os principais motivos geradores das críticas seriam a tentativa dos autores de universalizar a teoria, desconsiderando as diferenças entre os grupos sociais, e a não utilização de dados reais para a pesquisa, desenvolvida a partir da análise de enunciados descontextualizados para a divisão “*face positiva*” e “*face negativa*”, descaracterizando uma concepção interacionista do fenômeno (CUNHA, 2009).

Os autores elaboraram a Teoria da Polidez partindo do conceito de preservação da *face* de Goffman (1967), que prevê formas de preservar a própria *face* e a *face* alheia para manter a harmonia nas interações sociais. Essas formas são as que Brown e Levinson denominaram de *estratégias de polidez linguística*, e sistematizam as formas linguísticas utilizadas pelos falantes para manter a própria face e a face outro, evitando os AAF: “comportamentos linguísticos, que visam atacar, de maneira direta, uma das faces do interlocutor” (CUNHA, 2009, p. 88).

A elaboração da Teoria de Polidez Linguística ou Princípio de Polidez (1987) como foi chamado por Leech, que veremos na próxima seção, inicia-se pela modificação dos termos *face* e *território* utilizados por Goffman, os quais são novamente denominados por Brown e Levinson como *face positiva* e *face negativa*. A face positiva é a concepção que o indivíduo tem de ser aceito a partir da imagem que ele transmite aos seus interlocutores. Resumindo, a face positiva é o modo como se busca ser visto socialmente. Já a face negativa, correlacionada ao termo *território* de Goffman, corresponde à questão de preservação da própria face, para não ser impedida ou sofrer alguma imposição. A face negativa está ligada à questão de liberdade das ações individuais em um meio social.

Ainda sobre as questões de face, Brown e Levinson diferenciam *racionalidade* e *face*, dois conceitos que permeiam a teoria e ajudam a compreender o uso das estratégias linguísticas, conforme escreve Marcotulio (2008, p.64):

Um aspecto importante do comportamento racional é a habilidade que qualquer indivíduo tem de pesar diferentes meios para um determinado fim, e escolher aquele que melhor satisfaz os objetivos desejados. Já a noção de *face* está ligada a dois desejos: aprovação perante a sociedade e não ser impedido de realizar seus atos.

Tomando esses dois conceitos como vetores na interação social, o indivíduo necessita obrigatoriamente encontrar um meio de equiparar essas verdades, o qual o permita proteger sua *face* dentro de suas condições racionais, que visualizam determinado fim para cada interação. Esse meio é aqui interpretado como as *estratégias de polidez linguística*. Essas permitem a proteção das faces envolvidas na interação e auxiliam o falante a desenvolver e alcançar o projeto traçado no momento que inicia o ato de fala.

Para tratar das *estratégias de polidez linguística*, os autores classificam primariamente o que seriam os AAF, considerando que existem atos de ameaça à face positiva e à face negativa tanto do falante, quanto do seu interlocutor. Para compreender o comportamento linguístico do falante quando visa evitar que um AAF ocorra atingindo-o ou atingindo o ouvinte, Brown e Levinson categorizam quatro macroestruturas: *bald on record*, *polidez positiva*, *polidez negativa* e *off-record*, dividindo as 45 estratégias de polidez⁵ utilizadas para evitarem o acontecimento de AAF nas situações de interação. Detalhadamente, a *bald on record* compreende diretamente as máximas de Grice (1975) (*máxima da qualidade*, *máxima da quantidade*, *máxima da relevância* e *máxima do modo*). Tais máximas estimam que uma interação eficaz deva ser composta somente pelos proferimentos necessários ao contexto, com informações verdadeiras, claras e sem prolixidades. A *bald on-record* pode ser percebida como uma comunicação, ‘seca, nua e crua’, na qual somente o relevante é dito (CUNHA, 2009).

A macroestrutura *polidez positiva* engloba 15 estratégias existentes nas interações, em que o falante as usa inconscientemente, para preservar a face positiva do ouvinte (*polidez positiva*), ressaltando qualidades, buscando maneiras de fazer o ouvinte se sentir mais à vontade, como brincadeiras, ou ainda buscando a existência de pontos em comum entre falante e ouvinte.

A *polidez negativa*, por sua vez, expõe as estratégias utilizadas pelos falantes para evitarem o ato de atentado à *face negativa*, que remete às condições de liberdade de ações e de ameaça ao território do falante/ouvinte. Conforme Barbosa (2010), polidez negativa são estratégias para recuperar a face negativa do outro, sendo aplicáveis tanto ao falante quanto ao ouvinte. Essas estratégias se subdividem em formas de minimizar imposições, esquivar-se de

⁵ Neste trabalho não serão tratadas todas as estratégias identificadas pelos autores, somente as relevantes para esta pesquisa.

proferimento, impessoalizar o discurso etc., ou seja, uso de fórmulas linguísticas que minimizam as forças ilocucionárias dos atos de fala de ordem e advertência. Dessa maneira, supõe-se que o interlocutor não sentirá a imposição do falante explicitamente, o que propicia que ele aja de acordo com o ato perlocutivo solicitado, por temer um AAF do seu interlocutor.

As estratégias de *off-record* denotam, semelhantemente às estratégias de *polidez negativa*, certas formas do falante se esquivar da responsabilidade pelo enunciado. Ainda segundo Barbosa (2010), o emprego de estratégias *off-record* será caracterizado pelo uso de ironias, tautologias, acarretamentos, metáforas, ambiguidades, entre outras. As 15 estratégias *off-record* se subdividem nas quatro categorias das Máximas de Grice, violando uma por vez. Cabe dizer que o uso de estratégias *off-record* infere o desejo do falante em não ser exato no momento da interação, permitindo outras interpretações devido às ambiguidades que podem ser geradas com o emprego das estratégias, de modo a proteger as *faces* envolvidas.

Em geral, o uso das quatro macroestruturas é permeado pelas condições sociais ou variedades sociológicas que irão modificar-se dependendo do contexto sócio-cultural em que os atos de fala forem proferidos, e ditam como e por quem as estratégias de polidez linguística serão utilizadas. São elas: distância social – qual é a relação dos indivíduos e há quanto tempo se conhecem; poder relativo – qual o grau de poder de exposição que o papel social que o indivíduo ocupa possui e o quanto este o permite interagir e se expor; e, por fim, o grau de imposição – grau de interferência que o desejo de aprovação da sua *face*, ou imagem do falante/ouvinte, possui e como isso irá influenciar e determinar seus proferimentos (CUNHA, 2009).

Para a presente pesquisa, no enunciado (1), Figura 1, o emprego de ‘favor’ dentro das concepções de estratégias de polidez linguística de Brown e Levinson (1987), encaixa-se na macroestrutura de *polidez negativa*, a qual situa marcas que evidenciam o desejo do falante não expor a imposição ilocucionária de um ato de fala de ordem, nesse caso. O termo “favor” minimiza a imposição por possuir uma denotação de pedido (favor), não provocando um AAF no ouvinte (no caso desta pesquisa, no leitor do cartaz), pois, como evidencia Cunha (2009), a polidez negativa é um jogo para aliviar uma imposição.

O contexto de uso de (1) é o de um local de circulação de um número grande de pessoas, em um determinado espaço profissional, que necessita de regras para sua conservação e melhor uso. O falante do cartaz se pré-dispõe a fazer uso de um enunciado que se mantenha no tempo presente e que caracterize uma imposição para seus ouvintes – a de manter a organização e a limpeza desse espaço. No entanto, essa imposição não pode ser sentida como uma ordem direta. Por isso, esta pesquisa comprova que o falante fez uso do

termo ‘favor’ para iniciar a formulação de seu enunciado, visando não expor diretamente a força ilocucionária de ordem que é realmente o desejo do falante. Dado o uso de ‘favor’ como estratégia de polidez linguística nesse enunciado, comprova-se o mecanismo para evitar um ato de atentando à *face negativa* do ouvinte quanto à invasão do espaço e da sua liberdade de ações, através da imposição de uma ordem. O termo descaracteriza essa invasão, quando toma a forma de um pedido, em um performativo de ordem indireto. Quanto à *face positiva* do ouvinte, este acionará o ato perlocutivo – cumprir com o pedido feito no cartaz, conservar a limpeza e organização da sala – para manter a sua *face positiva*, quando o ouvinte tem por desejo manter uma imagem social de acordo com os padrões tidos como positivos (de quem segue as regras sociais).

2.4 Princípio de polidez linguística de Leech

Leech (1983) postula o Princípio de Polidez (PP) analogamente ao Princípio de Cooperação de Paul Grice, evoluindo o estudo das Máximas Conversacionais, pois, assim como Grice, Leech acredita que os falantes buscam se comunicar indiretamente para manter a harmonia na interação, e para isso, insere a importância da polidez nos contextos de enunciados indiretos (PAIVA, 2008).

Leech, como Brown e Levinson, também foi e é alvo de muitas críticas. Em sua obra *Politeness: is there an east-west divide?*, de 2005, Leech apresenta uma recapitulação sobre o Princípio da Polidez, retomando-o como *Grande Estratégia de Polidez* (GSP). O autor reavalia o conceito de máxima e absorve a ponderação de que não é possível haver uma universalização da Teoria da Polidez. Esta passa a ser considerada relativa à cultura e ao contexto social em que ocorre cada interação (CUNHA, 2009).

O Princípio de Polidez era composto por seis máximas – *máxima do discernimento*, *máxima da generosidade*, *máxima da aprovação*, *máxima da modéstia*, *máxima da concordância*, *máxima da simpatia*. Cada máxima se subdividia em duas, que abarcavam a questão do falante e do ouvinte, para minimizar e maximizar as relações de depreciação, simpatia, custos e benefícios, buscando estabelecer a harmonia na interação. Ao serem observadas as máximas, percebe-se que a polidez para Leech era compreendida apenas como uma maneira de evitar ou de minimizar situações desconfortáveis para o interlocutor. Paiva (2008, p. 72) complementa ainda afirmando que para Leech (1983): “[...] a interação é regida

por normas que variam segundo as metas comunicativas de seus interlocutores, que para ele não são falante e ouvinte, mas sim *self* e outro”.

Devido às críticas ao seu Princípio de polidez, evidenciadas sumariamente pelo uso das máximas, que seguiam o modelo de Grice, (também criticado pela quantidade e pelas sobreposições de máximas elaboradas) no modelo da GSP, Leech reformula o PP e subdivide as máximas em duas partes de modo escalar polarizado, que não se limitam tão categoricamente como no modelo anterior. Leech propõe então a divisão entre: Escala de Polidez Absoluta e Escala de Polidez Relativa. Esta considera o contexto para a classificação da elocução em pouco polida, super polida e polidez apropriada à situação. Aquela descarta o contexto, pois propõe a interpretação de que o ouvinte pode escolher dentre uma variedade de estratégias que consideram a intensidade do uso da polidez nas elocuições (CUNHA, 2009, p.107).

O modelo das máximas do estudo de 1983 é calcado em escalas de custo e benefício. Esse modelo evidenciava a importância e a visualização do outro na interação, pois as realizações de custo estão atreladas ao *self* e as de benefício, ao outro. Partia-se sempre da imagem que o outro iria obter do *self*, de modo que o falante estivesse sempre em busca da valorização do ouvinte e das suas reações, visando à simpatia, ao benefício e à admiração do ouvinte.

Em sua reavaliação do PP, Leech explora as escalas polarizadas que não haviam sido focadas na primeira versão do estudo. Através da Escala de Polidez Absoluta, o autor inscreve o papel da semântica no enunciado, em um momento descontextualizado, em que o ouvinte pode escolher entre maneiras e fórmulas de proferimentos que são considerados mais polidos e menos polidos, como exemplifica sobre o uso dos verbos *can* (pode) e *could* (poderia) no inglês, em que *could* é a opção mais polida e *can* menos polida (PAIVA, 2008, p. 81).

Já na Escala de Polidez Relativa, em que o contexto cultural é considerado, o falante, quando em uma situação não tão formal, como em casa com a família, se fizer uso de uma fórmula muito polida, como o *could*, pode explicitar certo sarcasmo ou ironia em seu proferimento.

Temos, portanto, em (1), observando-se as reformulações de Leech para o PP, uma estratégia de polidez linguística que se insere na *escala de polidez absoluta*, dado que o falante que escreveu o cartaz, quando o produziu, poderia escolher qual a melhor forma de marcar o seu proferimento de uma maneira que a força da ordem que ele possuía não ficasse explícita, e o enunciado tomasse a forma do pedido. No modelo escalar polarizado, ‘favor’

pode ser percebido como uma forma *polida*, dado que o uso do termo ‘por favor’ pode ser percebido como mais polido, deixando a força ilocucionária da ordem implícita.

3 A polidez linguística aliada a performativos indiretos

Nesta sessão, a análise realizada à luz das teorias de base em (1) é estendida aos demais elementos constituintes do acervo da presente pesquisa. As imagens analisadas integram um acervo pessoal, cujo registro foi próprio, e dentro deste, algumas dessas imagens foram selecionadas e agrupadas por apresentarem características próprias e para evitarmos repetições.

Tais análises foram efetuadas de modo a comprovar a hipótese inicial lançada: o uso do termo “favor” como estratégia de polidez linguística para construção de performativos de ordem indiretos. Para proceder à discussão dos dados, agruparemos os cartazes, realizando uma análise conjunta dos casos que apresentem características similares, valorizando as diferenças e particularidades de contexto de produção.

O primeiro grupo a ser analisado será o de cartazes A, doravante chamados de Figuras A1, A2 e A3. Esses cartazes foram agrupados por apresentarem semelhanças na composição dos enunciados e também quanto ao ato perlocucionário almejado com a leitura do cartaz.

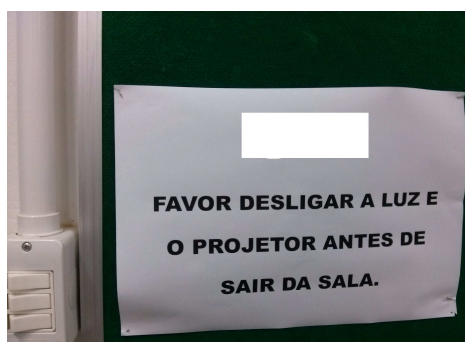


Figura A1: Cartaz de sala de aula. Fonte: Acervo pessoal.

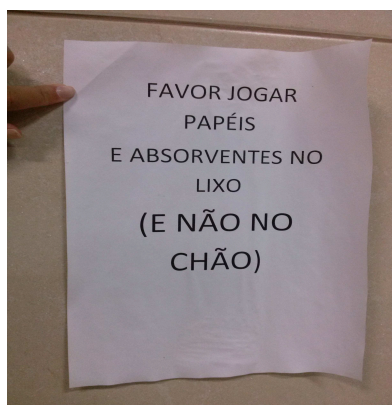


Figura A2: Cartaz de banheiro social feminino. Fonte: Acervo pessoal

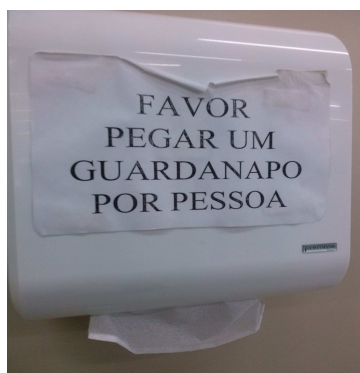


Figura A3: Cartaz de ambiente de alimentação. Fonte: Acervo pessoal.

A Figura (A1) é um cartaz afixado em um ambiente de estudo, pertencente a uma instituição de ensino superior. Nesta figura, a ideia de pedido, inicialmente caracterizada pelo uso do termo ‘favor’, é de que os usuários desta sala, ao se ausentarem, desliguem a luz e o aparelho projetor. Parece ser o caso de que esse ‘pedido’ é realizado com o apelo à consciência social de economia de energia elétrica, pois o ambiente em que o cartaz está afixado é um órgão de natureza pública, no qual se espera que os seus usuários procurem manter a organização e conservação do espaço e dos equipamentos.

Na Figura A2⁶, temos um cartaz afixado em um banheiro feminino, também de um órgão público. Neste cartaz, o pedido realizado é para que as pessoas façam uso da lixeira para descartar os materiais de higiene íntima utilizados (papel e absorvente higiênico), evitando-se depositá-los no chão. Este cartaz possui uma informação peculiar inferida, pelo

⁶ Nota de discussão: Na figura A2 a presença da informação parentética chama a atenção do leitor de forma maior do que o primeiro enunciado com a estratégia de polidez linguística “favor”, devido o uso de letras garrafais para ser escrita, o que a dá maior destaque no cartaz. Supõe-se, a partir do estudo realizado, que essa informação parentética é um enunciado realizado de forma impolida, antecedido por uma estratégia de polidez, de modo a preparar a face negativa do interlocutor para um AAF, pois essa informação aparenta uma intimidação, apontando o desagrado de face do falante para com atitudes de algumas pessoas que circulam nesse determinado espaço.

uso da informação parentética no enunciado (*e não no chão*). Esta sentença abaixo do ‘pedido’ infere que, normalmente, é no chão que esses materiais são descartados.

Em A3, afixado em um restaurante de caráter popular, o pedido realizado é de que os usuários, ao retirarem os guardanapos para sua higiene durante a refeição, retirem somente um guardanapo. Aqui temos também a característica de um apelo à consciência dos interlocutores para a economia, de modo a garantir que todos possam utilizar um guardanapo, evitando a falta do material, dado que este ambiente recebe um elevado número de usuários diariamente.

Seguindo para a análise dos atos performativos indiretos caracterizados no grupo A, observa-se, em primeiro lugar, a disposição dos verbos: *desligar, jogar, pegar*. Como visto na análise do exemplo (1), no grupo A, os verbos são realizados no enunciado na forma infinitiva. Assim, conjectura-se o desejo do autor do cartaz em manter o enunciado em um tempo atual para o seu leitor, servindo-se do verbo na forma nominal, em modo infinitivo, para substituir o modo imperativo, descaracterizando a força da imposição. Em A1, o verbo *desligar* é seguido dos substantivos que designam os objetos que devem ser desligados – luz (lâmpadas) e projetor. Em A2, o verbo *jogar* é seguido pelos substantivos que designam os objetos que devem ser descartados na lixeira – papéis higiênicos e absorventes. Já em A3, o verbo *pegar* é seguido do substantivo que designa o objeto que deve ser retirado para uso – um guardanapo.

No enunciado da figura A1, observa-se o uso do advérbio *antes*, para mencionar o momento, ou seja, a ordenação cronológica em que a ação do performativo deve ser realizada. No enunciado de A2, a informação parentética (*e não no chão*) apresenta inferências quanto ao modo como costumam ser descartados esses materiais, além de demonstrar, de certa forma, o comportamento dos usuários desse ambiente. Esta informação é acrescentada ao enunciado principal, o que posteriormente analisaremos como uma forma de reforçar a força ilocucionária do performativo de ordem indireto. Em A3, o pedido para que se retire somente um guardanapo é reforçado pelo *por pessoa*, o que demonstra a medida de economia que se espera que seja adotada por todos os usuários do ambiente.

Passaremos agora à análise das condições de felicidade, seguindo os escritos de Austin para os performativos enunciados no grupo A. Os espaços em que os cartazes estão afixados são de circulação de pessoas, portanto, adequam-se, primeiramente, à condição desse tipo de espaço, pois terão visualização pelos seus interlocutores em locais estratégicos, de acordo com cada uso e proferimento, atentando para a conservação e uso de materiais presentes e característicos de cada espaço. Quanto à condição de tempo, os falantes de cada enunciado do grupo A, como já visto no enunciado da Figura 1, serviram-se do uso dos verbos no infinitivo,

para manter o enunciado em tempo adequado e atual para o proferimento, e em conjunto, minimizar a força da imposição do verbo no imperativo, ou seja, da ordem, tendo em vista que os interlocutores podem ser os mesmos ou podem ser novos a cada dia. Desse modo, os cartazes aparentam ter a função de normatização de conduta para que os usuários do espaço não se esqueçam das medidas de conservação e uso que devem cotidianamente adotar.

Para a condição de pessoa adequada para o proferimento do performativo, observaremos particularmente a imagem de falante criada pelos interlocutores em cada espaço. Em A1, a imagem de falante que pode ser acionada pelo interlocutor é a do responsável geral nomeado para a conservação da instituição, neste caso, pode-se dizer a imagem do coordenador acadêmico de *campus*, já que em A1, o ambiente em que o cartaz está afixado é uma sala de aula de universidade. Em A2, o ‘pedido’ realizado pelo performativo é de conservação da higiene do espaço. Neste enunciado, percebe-se que a voz proferidora é a do responsável pela limpeza desse ambiente, ou seja, a pessoa, ou a empresa responsável pela limpeza, que realiza o recolhimento dos descartes. Por fim, em A3, a voz que profere o enunciado e, portanto, a imagem de falante criada pelo interlocutor no momento da leitura do enunciado, é a do mantenedor ou responsável pela conservação dos materiais e bom uso, isto é, o responsável pela compra dos artigos, como copos e guardanapos, para a utilização dos usuários do restaurante.

No grupo A, os enunciados performativos não apresentam as conjecturadas características de performativos explícitos de Austin. São, portanto, performativos indiretos, pois não apresentam *verbo na primeira pessoa do singular, no tempo presente do modo indicativo e na voz ativa*. A performatividade de tais enunciados é percebida do ponto de vista da teoria da polidez, quando se nota que o termo ‘favor’ é empregado não com a acepção de pedido, mas sim de ‘ordem’. Iniciamos pela análise do uso do verbo infinitivo nesses enunciados, para garantir o entendimento do interlocutor de que a ordem é prescrita no *agora*. No caso do grupo A, os enunciados escritos nos cartazes caracterizam o ato locutivo, ou seja, a realização verbal do performativo. A força ilocucionária que virá a caracterizar a ordem é percebida pelo uso do termo ‘favor’ e do verbo no infinitivo. Em A2, particularmente, a sentença subsequente, acrescentada pelo ‘e’, demonstra o desejo de reforçar a ordem, persuadindo o interlocutor a acatá-la, já que o apelo (*e não no chão*) pode ser entendido como uma estratégia de constrangimento, que força a compreender indiretamente a ordem e realizar a ação de colocar os papéis no lixo.

Os atos perlocutivos são nada mais que as atitudes e ações almejadas pelos falantes quando proferem tais enunciados por meio dos anteriores cartazes, caracterizando

respectivamente: 1) que o interlocutor sinta-se impelido a desligar as luzes e o projetor, quando estes não forem mais utilizados na sala; 2) que os usuários de determinado banheiro social não descartem mais materiais no chão, evitando esse incômodo para os demais usuários do espaço e para as pessoas que realizam a limpeza; 3) que os usuários do restaurante sejam econômicos e conscientes, retirando somente um guardanapo, sendo este suficiente para a refeição.

Dada a semelhança existente entre o exemplo (1) e os enunciados dos cartazes do grupo A, na análise realizada segundo a Teoria da Polidez de Brow e Levinson (1978) escolhida para amparar este estudo do termo “favor” como uma estratégia de polidez linguística, evidencia-se que o termo “favor” é empregado nos quatro cartazes como uma fórmula para minimizar a ordem inferida pelo falante, sendo ela uma estratégia de *polidez negativa*, a qual se serve da fórmula para minimizar o efeito de ordem e não interpelar o espaço e as ações de seus interlocutores explicitamente, evitando um ato ameaçador à face negativa do interlocutor.

Em A1 e A3, a fórmula de pedido funciona como um recurso de normatização de conduta, que determina o comportamento esperado e ideal para as pessoas que frequentam tais ambientes, um comportamento de consciência e economia de energia e de papel. Já em A2, a informação parentética denuncia implicitamente o descontentamento do responsável pela limpeza do local ou pela manutenção da ordem com o comportamento dos usuários em relação a este espaço, ficando perceptível o desejo de um comportamento diferente a partir do momento em que o cartaz fora afixado no ambiente.

De modo geral, a *face positiva* dos interlocutores circulantes nestes espaços atenderá aos “pedidos”, considerando os comportamentos supracitados como os ideais, ou seja, o interlocutor toma o enunciado do cartaz como uma medida, rejeitando o comportamento que não atende a tais padrões. Dessa forma, o interlocutor que se propõe a manter uma *face positiva* dentro desses padrões de conduta, realizará os atos perlocutivos – desligar as luzes e projetor, jogar o lixo na lixeira e pegar somente um guardanapo para seu uso – tendo os proferimentos performativos alcançado efeito (perlocucionário) e sucesso (dadas as condições de felicidade).

Através da análise deste primeiro grupo de figuras, é possível comprovar que o termo ‘favor’ aliado ao uso do verbo no infinitivo forma uma estratégia de polidez linguística para um performativo indireto, que implica uma ordem, visto que o emprego de tais cartazes não possui como objetivo a informação do seu interlocutor, mas sim que este, a partir do momento

que a leitura é feita, execute determinada ação ligada diretamente a contextos de organização, conservação do ambiente e convivência em espaços com grande circulação de pessoas.

Passemos à análise do grupo de figuras B, que foi assim organizado devido os cartazes apresentarem em comum o termo de agradecimento ao final do enunciado. As análises dos demais grupos não serão realizadas de modo tão prolixo como a anterior, devido a uma questão de economia e para evitar repetições. Serão abordados somente os fatores mais relevantes para a comprovação da hipótese inicial através das características principais de cada grupo. A análise do grupo de figuras B interpreta que o uso do obrigado/ (a) reforça a força ilocucionária do performativo, subentendendo-se que este já foi acatado e realizado pelo interlocutor.

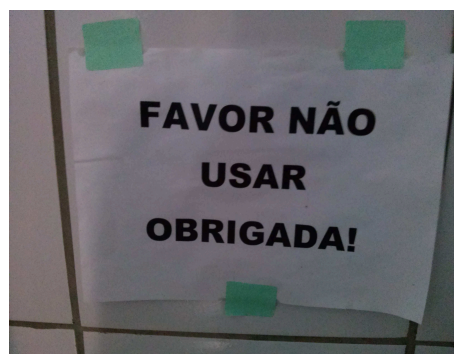


Figura B1: Cartaz de banheiro social 2. Fonte: Acervo pessoal.

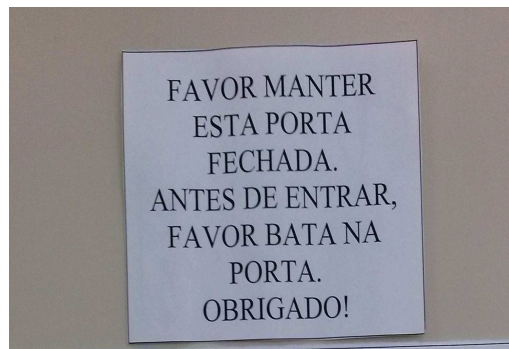


Figura B2: Cartaz de ambiente de trabalho 2. Fonte: Acervo pessoal.

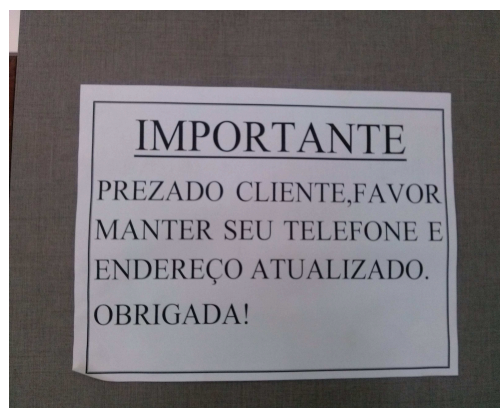


Figura B3: Cartaz de ambiente de trabalho 3. Fonte: Acervo pessoal.

De forma mais direta, iniciamos a análise deste grupo, observando novamente o uso dos verbos no modo infinitivo: *usar* e *manter*. Como já mencionado, o verbo na forma nominal de infinitivo é empregado para que a voz do falante seja mantida no cartaz como prescrita no *agora* para seu interlocutor, levando em conta o contexto de uso do enunciado - locais de circulação intensa de pessoas. Essa formulação é uma necessidade para a efetivação de tais atos de fala, sendo parte da fórmula de construção destes enunciados performativos indiretos.

Na Figura B1, há o advérbio de negação *não*, ponto diferencial em relação às outras figuras do grupo. Particularmente nessa figura, o que o falante deseja é evitar uma ação, promovendo outra implicitamente. Na Figura B1, o “pedido” realizado é o de que este banheiro não seja utilizado e que o interlocutor busque outro, pois este está com problemas. Esta informação não é dada no cartaz, ou seja, a ação de procurar outro banheiro não é dita no enunciado performativo, mas ela existe e o interlocutor compreende e realiza o ato perlocutivo de ir a outro banheiro, dado que o objetivo do proferimento desse performativo é de que o interlocutor não utilize aquele banheiro específico.

Nessa primeira figura, o ato locutivo escrito no cartaz é analisado como performativo de ordem indireto por premeditar o desenvolvimento de uma ação a partir do momento em que o interlocutor lê o cartaz. A força ilocucionária é dissimulada pelo uso do termo “favor” para que o interlocutor, em sua breve leitura, entenda-o como um “pedido” feito pelo responsável pela organização de tal local, como uma estratégia para que o enunciado seja mais polido e evite desconforto às duas partes envolvidas na interação. Desse modo, o interlocutor toma o enunciado como um “pedido” e, tendo ele o desejo de manter uma conduta de acordo com uma face positiva, de determinados padrões comportamentais, irá executar a ação, o ato perlocutivo, não se sentindo diretamente coagido.

O ato de fala em B2 possui uma peculiaridade⁷, pois é construído com o uso de mais de um enunciado. No segundo, observa-se o verbo *bater* conjugado na segunda pessoa do singular do modo imperativo, *bata*. Deste modo, o enunciado soa mais ofensivo, apresentando

⁷ Nota de discussão: Assim como já analisado na nota anterior, na Figura B2 há também uma peculiaridade a ser discutida. Neste caso quanto há a formação de uma estratégia de polidez linguística, antecedendo um enunciado que caracterizaria um AAF à face negativa do interlocutor. O proferimento no cartaz inicia-se com o uso do termo “favor” seguido de um verbo na forma nominal do indicativo, o que caracteriza a hipótese estudada. No entanto, o enunciado seguinte apresenta o termo “favor”, porém há uma mudança na construção do performativo, no qual a construção do performativo utiliza o verbo principal conjugado no modo imperativo, na segunda pessoa do singular. Novamente, infere-se que, essa mudança na construção do performativo seja oriunda de uma necessidade do falante em promover esse deslocamento para interpelar diretamente seu interlocutor, realizando com o uso do imperativo, um AAF.

uma força ilocucionária maior para os seus interlocutores, pois o modo imperativo é o que utilizamos para ordens de maneira geral. A partir dessa análise, evidencia-se a constituição de um performativo de ordem indireto, formado agora com o verbo no modo imperativo. No entanto, o verbo é precedido do termo “favor”, caracterizando a estratégia de polidez linguística, para que a ordem seja camuflada e evite um AAF negativo de seu interlocutor, de modo que ele não se sinta invadido e diretamente impedido de praticar suas ações.

Para finalizar este grupo, a Figura B3 tem como peculiaridades a chamada ao seu leitor – *Importante* – e o vocativo – *Prezado cliente* –. Obviamente, o uso do *importante* é um recurso de informatividade para chamar a atenção do leitor sobre o que consta no cartaz. O uso do vocativo é, por conhecimento geral, uma forma de tratamento, aqui formalizada linguisticamente, para que o leitor sinta-se importante e bem quisto neste ambiente, um ambiente profissional, em que ele é cliente. O “pedido” realizado é percebido como um performativo de ordem indireto à medida que o uso do termo “favor” e das outras fórmulas existentes neste cartaz promovem a ação do interlocutor sem promover um AAF, não criando uma situação de atentado à face positiva do falante nem à face negativa de seu interlocutor, fazendo com que o último, que sabe a importância e necessidade de realizar tal ação, para que seus serviços solicitados sejam atendidos, realize, portanto, o ato perlocutivo, de atualizar sempre seus contatos.

O último grupo de análise será intitulado como grupo de figuras C⁸. Neste, os enunciados apresentam a forma de uma lista, na qual o termo ‘favor’ vem agora precedido de ‘Por’, formando a expressão ‘Por favor’. Observa-se que o uso da expressão “Por favor” apresenta-se como forma topicalizada nos cartazes, sendo ambos, originários de banheiros de locais de trabalho e de estudo. As listas que seguem ditam regras percebidas como de “boas maneiras”, que não são praticadas, se analisarmos do ponto de vista de que o cartaz está presente para levar o leitor a essas atitudes.

⁸ Nota de discussão: Observando novamente o grupo de figuras C, foi possível notar algo não discutido pelo presente estudo. Destaca-se que o uso do termo “favor” é apresentado sempre seguido de verbo na forma nominal do infinitivo. Já no caso da expressão “Por favor”, característica do grupo de figuras C, percebeu-se a combinação da expressão com os verbos performativos em forma verbal flexionada. Inferi-se, portanto, uma combinação prosódica e verdadeira sobre esses usos, pois foi possível perceber essa combinação em demais cartazes existentes em diferentes espaços, mas que não fazem parte do acervo

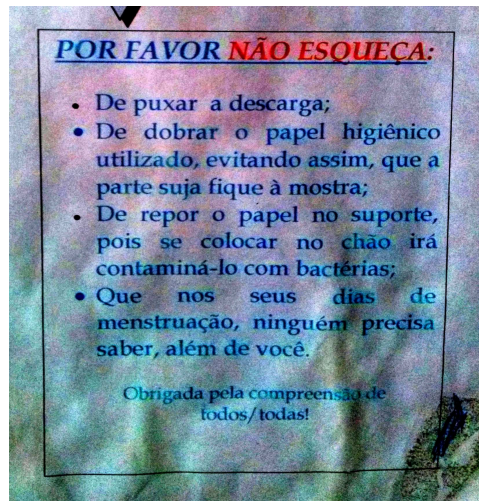


Figura C1: Cartaz de banheiro de estabelecimento de trabalho. Fonte: Arquivo pessoal.

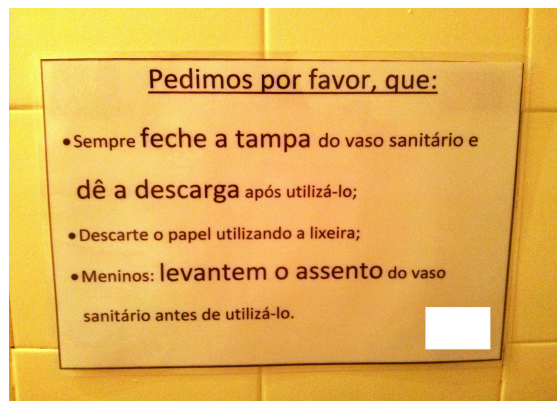


Figura C2: Cartaz de banheiro social 3. Fonte: Acervo pessoal.

A Figura C1 é de um cartaz direcionado exclusivamente ao público feminino. Neste caso, são vários os “pedidos” feitos, que caracterizam uma forma de conduta aceitável e bem vista aos olhos do falante e dos outros usuários do espaço, além de apresentar implicitamente o comportamento habitual praticado pelas usuárias, pois se infere que as ações descritas no cartaz, como *colocar o rolo de papel no chão*, eram praticadas. Dessa forma, o falante busca construir o seu proferimento, elaborando-o em um cartaz que se mantenha atemporal, para que seus diferentes leitores o visualizem e o percebam de modo atual. Na mesma linha de raciocínio e análise, segue a Figura C2, direcionada ao público em geral (unisex), que utiliza o ambiente. Em C2, o proferidor do enunciado buscou uma maneira de efetivar a forma de “pedido” do cartaz, utilizando o verbo ‘pedir’ no tempo presente do modo indicativo.

Na análise dos elementos que virão a caracterizar o performativo indireto de ordem nas duas figuras, observaram-se os modos de produção dos enunciados, que iniciam com a chamada ao leitor, em que o termo, objeto de estudo deste trabalho, é utilizado antecedido

pela preposição ‘por’. Do ponto de vista do modo escalar do Princípio de Polidez, então GSP, postulado por Leech (2005), o uso da preposição ‘por’ para formar a expressão ‘por favor’, apresenta uma força ilocucionária menor, mais polida, dissimulando ainda mais o performativo indireto de ordem. No entanto, os enunciados que se seguem, apresentam as características de performativos indiretos de ordem, à medida que propõem ao leitor o comportamento que ele deve adotar, efetivando o que chamamos neste estudo de *estratégia de polidez linguística para um performativo de ordem*, pois, ao tomar conhecimento de quais comportamentos e ações são bem vistos no espaço, esse leitor/interlocutor, no anseio de manter a sua face positiva, agirá de acordo com esses comportamentos.

De modo a encerrar a análise de nosso *acervo*, faz-se necessária a ressalva de que não há como comprovarmos que a construção dos performativos indiretos, utilizando a fórmula construída com o termo ‘favor’, aqui confirmada como uma estratégia de polidez linguística, terá efetividade sobre os atos de seus interlocutores. De fato, é ingênuo acreditar que o uso dos cartazes solucionará os problemas de determinados espaços, pois, como vimos nas condições de felicidade, postuladas por Austin (1990), é importante que o falante tenha a intenção de cumprir com o que profere, e nos casos dos enunciados que investigamos o público alvo dos cartazes também precisa tomar para si o comprometimento com as condições de sucesso do performativo.

É importante que o interlocutor que recebe este performativo indireto tenha como intenção cumpri-lo, ou seja, efetue o ato perlocutivo. Propriamente a este estudo, quando falamos em *face positiva*, que é a face que o falante deseja obter para si diante de seus pares, é que o performativo indireto terá chances de se efetivar, pois, se o interlocutor não desejar obter para si uma *face positiva* que englobe os comportamentos mencionados no cartaz, ele não executará tais ações, tornando o performativo indireto falho.

4 Considerações finais

O estudo da performatividade nos possibilitou perceber como nossas palavras vão muito além de proferimentos descritivos orais ou escritos. As palavras criam, ordenam, proíbem, advertem, enfim, nos fazem agir. A pesquisa proposta buscou embasar-se em teorias que aliavam a produção de performativos de forma indireta obedecendo às condições de felicidade postuladas por Austin (1990), as quais só se concretizam quando a Teoria da Polidez vem a corroborar, confirmando que o interlocutor encara o proferimento como uma

medida que o coloca dentro dos padrões aceitáveis, dentro da face que ele pretende obter para si, não aparentando explicitamente ser uma ordem.

Desse modo, a hipótese que o termo “favor” é utilizado como uma estratégia de polidez linguística para um performativo de ordem indireta confirma-se ao comprovarmos que o falante utiliza o termo “favor” para proferir uma ordem que necessita estar afixada em determinado ambiente, para que seu interlocutor a leia e a interprete como um “pedido” realizado polidamente em momento real, sem sentir-se coagido ou ordenado diretamente, o que evita um AAF tanto à face positiva quanto à negativa do interlocutor.

Os performativos de ordem indiretos proferidos nos cartazes de nosso *acervo* obedecem em geral a um formato de composição: o termo ‘favor’ vem primariamente no proferimento, podendo ser seguido de verbo no infinitivo, ou de advérbio de negação ‘não’ ou ainda antecedido da preposição ‘por’. Nas três formas, as ordens, dissimuladas como “pedidos”, utilizam-se de recursos diversos para impor implicitamente ao seu interlocutor a ação prescrita como a aceitável, ou melhor, para a conservação e organização do ambiente, sendo esses os dois principais motivos para que os falantes façam uso de cartazes com essa formulação.

Constatou-se que, nas relações pessoais, a polidez linguística está para a performatividade como um recurso válido, e vice-versa, enquanto uma estratégia para conservação e convivência em ambientes sociais, desde que o interlocutor tenha como interesse manter uma *face positiva* de acordo com os padrões aceitos socialmente. Como mencionado ao final da análise, as teorias de base contribuíram para que a hipótese inicial fosse comprovada, tendo em vista a ressalva realizada quanto às *condições de felicidade* que abarcam as intenções do falante e do interlocutor para o performativo de ordem, e principalmente, quanto à *face positiva* que o leitor deseja atribuir a si.

Para finalizar, exemplificamos em uma linha, baseada no modelo de polidez escalar de Leech (2005), a materialização da constituição do performativo indireto. Voltaremos à Figura 01, primeiro exemplo de análise utilizado neste estudo, para demonstrar como o falante pode servir-se do uso do termo ‘favor’ como uma estratégia de polidez linguística, para encobrir a *força ilocucionária* de uma ordem. O enunciado performativo indireto proferido neste cartaz era: “*Favor não deixar as mesas sujas e os lixos espalhados*”.

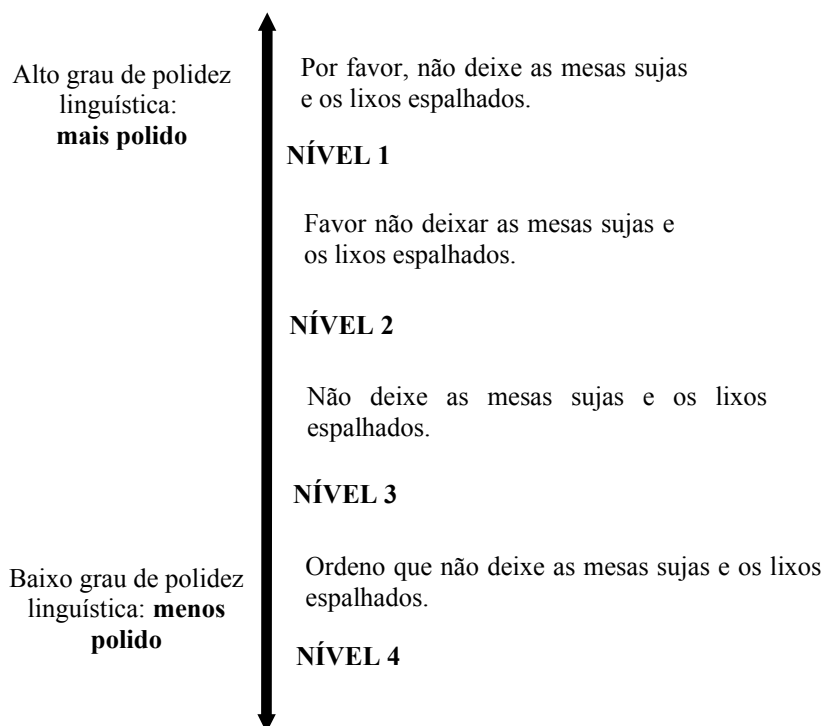


Figura 02: Distribuição escalar de polidez linguística, por nível de polidez do enunciado.

Conforme ilustra a figura F2, ao final deste estudo, demonstramos as opções entre as quais o falante pode escolher para proferir o seu performativo em diferentes níveis de polidez linguística, adequando-o ao contexto de produção, à força ilocucionária que ele exercerá e ao modo de preservação de face pretendido: do *menos polido* – performativo de ordem direto –, ao *mais polido* – estratégia de polidez linguística aliada ao performativo de ordem indireto, com a fórmula “por favor”.

Observando a escala afirma-se que os níveis 4 e 3 seriam os níveis que caracterizam uma menor importância do falante em relação a manter a harmonia na interação verbal, já que o nível 4 apresenta as características formais do performativo direto e o nível três traz o advérbio de negação seguido de verbo performativo no modo imperativo. Como classifica a escala, há um baixo ou nulo grau de polidez linguística no proferimento.

Nos outros dois níveis, a preocupação com a interação verbal aparece, como apresentado no estudo, através do uso do termo “favor” como uma estratégia de polidez linguística, ficando o uso da expressão “por favor” como o uso que apresentaria o mais alto nível de polidez, ou seja, de preocupação com a face do interlocutor.

Conclui-se que o falante possui linguisticamente um acervo de possibilidades de realização dos seus enunciados, os quais, de uma forma calculada, possuem maiores chances

de surtirem em um efeito perlocutivo de seu interlocutor, o que não dependerá somente de suas escolhas linguísticas é claro, mas também do comprometimento do interlocutor com a face positiva que deseja obter.

Referências

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes médicas, 1990.
- BARBOSA, Maria de Fátima Sousa de Oliveira. *(Im)polidez em EAD*. 2010. 172f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CUNHA, Eva Carolina da. *Estratégias de polidez na interação em aulas chat*. 2009. 249 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, Recife (PE), 2009.
- FERREIRA, H. R. M. *A polidez linguística nos textos dos contratos de planos de saúde: uma estratégia de manipulação do enunciatário*. Palimpsesto (Rio de Janeiro. Online), v. 9, p. 1-16, 2009.
- FIORIN, J. L. *Pragmática*. In: _____. Introdução à linguística: II. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *A linguagem em uso*. In: _____. Introdução à linguística: I. São Paulo: Contexto, 2007.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York, Harper & Row, 1974.
- _____. *Forms of talk*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1981.
- HOUAISS, A., VILLAR, M. S., FRANCO, F. M. M. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia, Objetiva, 2010.
- KUNZ, J. C. ; STUMPF, E. M. *Constatativos e performativos: Austin e Benveniste sobre os atos de fala*. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2010, Porto Alegre. Anais do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2010.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. 2008. 351 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, UFRJ, 2008.
- PAULA, Nirciley Ivens de. *As faces do governo Lula: um estudo sociolinguístico do fogo amigo: Um estudo sociolinguístico do fogo amigo*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Cap. 4. Disponível em: < http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410523_06_cap_04.pdf > Acesso em: <29 maio 2014>.
- PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e. *A polidez linguística na sala de bate-papo na internet*. 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em linguística, Fortaleza (CE), 14/08/2008.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, 296 p.

SAITO, C. L. N.; NASCIMENTO, E. L. *Preservação da face e estratégias da polidez: um jogo de seduções na interação face a face*. *Diritto & Diritti*, v. 1, p. 6, 2005.

ABSTRACT: This study was conducted from statements broadcast on billboards in public spaces and in areas of social movement that followed the standard construction with the use of the word "favor". Due to the discrepancy between the use of "favor" and its basic meaning, we sought to prove the following hypothesis: the use of constructions with the formula "favor" in these posters, does not have the purpose of advising or asking for something, but instead to order politely, as a strategy to preserve the face of the speaker of the speech act. Still, the interlocutor is coerced into performing the action or measure displayed on the poster by accepting that not following what is being "asked politely" implies misconduct and a negative social evaluation of their actions and face by other individuals circulating in that given space. The research has been produced based on the Theory of Speech Acts, proposed and developed by Austin (1955), together with the Politeness Theory, developed by Brown and Levinson (1978), from studies of the positive face and the negative face of the speaker/interlocutor. The objective of this study was the description of the employment context of the indirect order formula built with "favor" in order to explain which characteristics of this formula and its context imply the need for the speech act to be understood as an indirect order strategically built to preserve face.

Key Words: Speech acts; Politeness theory; indirect order formula.